

Evolução da população e fecundidade legítima numa
paróquia açoriana (1700-1980)

Realizado por:

Maria Norberta AMORIM

Para qualquer historiador demógrafo é para mim em particular resulta especialmente atractivo estudar a freguesia de S. João na Ilha açoriana do Pico. Comparativamente às suas congêneres do continente, a freguesia tem uma história recente. Formou-se por desdobramento da freguesia de S. Mateus (Silveira Macedo, 1871), possivelmente em 1616, altura em que os habitantes do bairro mais ocidental, o da Arruda, edificaram uma ermida em honra de um santo patrono. Um século passado, em 1818, a Igreja de S. João e com ela o núcleo principal da freguesia, com as melhores terras aráveis, foram arrasados por lavas vulcânicas, obrigando os habitantes a uma deslocação para leste, zona ainda bravia e de fraca produtividade. Logo em 1720, novo vulcão isolou a freguesia, agora pelo lado leste, separando-a das Lajes, e no espaço entre os "mistérios" (1) -cerca de 5 kms. de diâmetro ao longo da orla marítima-a população evoluiu de forma marcadamente endogâmica, com relações matrimoniais esporádicas no sentido das paróquias mais pobres, conduzindo depois, à falta de zonas urbanas próximas, à emigração para longas distâncias Brasil e Estados Unidos de America.

Os antigos movimentos de conquista do solo estão ainda patentes na paisagem com "maroiços" de pedra (2), "currais" de vinhas mortas (3), pocos de maré (4) em ruínas, tanques com eirado de cimento para aparar as águas das chuvas, estes últimos só nos nossos dias entrados em deduso. Numa dimensão quantitativa, os movimentos da população podem ser estudados pelos documentos que se conservaram no arquivo da paróquia -livros de registos de nascimentos,

casamentos e óbitos, róis de confessados e uma estatística do movimento anual da população para os finais do século XIX e início do nosso século.

Só a partir dos últimos anos do século XVII dispomos de séries completas de nascimentos, casamentos e óbitos (5) e, a partir de 1799, de séries anuais de róis de confessados. Uns e outros são de excepcional qualidade e podem permitir-nos uma maior aproximação ao conhecimento da população do que a corrente para o período.

Depois de ter reconstituído as famílias de três paróquias rurais da zona de Trás-os-Montes no NE de Portugal (M. Norberta Amorim, 1973, 1980, 1983-84), e de dez paróquias de Guimarães, no NE (1985), sem que tenha ultrapassado na observação o ano de 1830, colocou-se-me como um desafio aproveitar os dados que a minha paróquia de nascimento oferecia e avançar no sentido do nosso tempo.

Organizei as fichas de família a partir do registo de baptismo dos filhos de cada casal, enquanto fui recolhendo para fichas individuais os dados sobre os filhos ilegítimos e enjeitados, segundo o método que venho ensaiando há longo tempo (M. Norberta Amorim, 1973, 1980, 1981, 1983, 1985).

A identificação dos casais não apresentou dificuldades, apesar da existência frequente de homónimos, na medida em que para cada nascimento eram identificados os dois progenitores e, na altura em que os homónimos se tornaram mais frequentes (1820 em diante), a referência dos recém-nascidos às duas gerações precedentes tornou-se sistemática.

A reconstituição nesta fase foi feita por método exclusivamente manual. De facto, a reconstituição mecânica pode revestir-se, no caso de paróquias acorianas, de algumas dificuldades. A partir do século XIX são habituais para os homens os três apelidos, mas pode acontecer que eles não se apresentem de registo para registo pela mesma ordem; embora para as mulheres o apelido único seja usual, este é frequentemente variável de registo para registo, o que pode trazer naturais dificuldades e bastante morosidade num tratamento informático.

Construídas as fichas de família (para todas as famílias com filhos registados na paróquia) com os nomes dos pais (eventualmente referidos aos respectivos progenitores), nacionalidades, profissões (...), respectivas, e de todos os filhos baptizados na paróquia, cruzei-as com os dados das fichas de casamento e óbito recolhidas por ordem cronológica.

Procedi à passagem para a ficha de cada família da correspondente data de casamento dos cônjuges. Depois, sempre que foi possível pelo registo de óbito identificar os defuntos pelo seu enquadramento familiar, passei para as respectivas fichas de família as datas correspondentes de falecimento, seguindo sempre o meu método de reconstituição já referido.

Dada a endogamia de paróquia e a ausência quase completa de imigrantes por outras vias que não a do casamento, os defuntos com possibilidade de identificação pelo baptismo são em percentagem muito elevada, sobrando indivíduos solteiros sem referência aos pais, embora a indicação da idade, praticamente sistemática ao longo da observação, possa proporcionar uma ulterior identificação. No entanto, sendo tal identificação, se manual, bastante morosa, a formação de uma base de dados, para tratamento informático, antes de entrar nos "casos difíceis" pode resultar conveniente.

Usei um micro-computador e como ferramenta informática a dBASEIII-Plus. Passei para a base de dados todas as famílias reconstituídas (a generalidade daquelas que registaram filhos na paróquia), indicando o seu ciclo conhecido de vida.

As famílias foram classificadas em sete tipos diferentes:

- 1.- Famílias legítimas para as quais conhecemos a data do fim da união, a idade da mãe (contada a partir da data de nascimento desta) e supomos não haver lacunas no registo de nascimento de todos os filhos nado-vivos.

- 2.- Famílias legítimas para as quais conhecemos data do casamento dos pais, a data do fim da união, e supomos não haver lacunas no registo de todos os filhos nado-vivos (incluimos neste tipo as famílias para as quais conhecemos a idade da mãe ao óbito.
- 3.- Famílias legítimas para as quais conhecemos a data de casamento dos pais, a idade da mãe (contada a partir do nascimento da mesma), mas não sabemos a data do fim da união.
- 4.- Famílias legítimas para as quais conhecemos a data de casamento dos pais, mas não a data do fim da união, nem a idade da mãe.
- 5.- Famílias legítimas para as quais conhecemos a data do nascimento da mãe e o fim da união, mas não a data do casamento.
- 6.- Famílias legítimas para as quais conhecemos nascimento de filhos e fim da união.
- 7.- Todas as famílias legítimas nas quais detectamos lacunas no registo de filhos (nomeadamente pelo casamento próprio ou pelo óbito ou ainda pelo cruzamento com outras fontes) ou que se integram em períodos em que a crítica de fontes considerou suspeitos de sub-registo de actos, bem como todas as outras famílias que não contemplam os casos anteriores.

Para o estudo do fenómeno da mortalidade, há que desenvolver esforço sobre os "casos" de identificação difícil -mulheres viúvas sem indicação de marido, defuntos solteiros sem indicação de pais ou irmãos, filhos ilegítimos e enjeitados. É um trabalho que tenho em curso. De momento, tenho já possibilidade de organizar o estudo da fecundidade legítima das famílias tipo 1 "completas" e "acabadas", das quais conhecemos a data de casamento, a data do nascimento da mulher e a data do fim da união, respectivamente depois e antes dos 45 anos de idade da mesma, no vasto espaço que medeia entre 1700 e 1980.

A existência de róis de confessados desde 1799 dá-nos, por outro lado, possibilidade de fazer co responder a evolução da fecundidade legítima à marcha da população, introduzindo, para alguns períodos, uma outra variável a emigração.

Os róis de confessados de 1799 e dos anos seguintes isolam os fogos e, dentro de cada fogo, nomeiam ordenadamente os membros do agregado -pai, mãe, filhos (por ordem de nascimeto) e outros dependentes, indicando expressamente a relação de cada um com o chefe de família. Não há indicação de idades, nem de menores de sete anos mas distinguem-se os "maiores" dos "menores" em ordem à recepção dos sacramentos (confissão e comunhão ou só confissão). A partir de 1848 começa a referência às idades aparecendo como "maiores" indivíduos de 12 anos, embora até aos 14 possam surgir outros classificados de "menores". Em 1849 e para os róis seguintes o mesmo procedimento se encontra. Os progressos na catequese explicariam a classificação caso a caso.

Só a partir de 1872 os róis de confessados de S. João nos dão conhecimento dos menores de 7 anos -126 em cada mil habitantes nesse ano; 127, em mil, como média nos dez anos seguintes. Usando esta última relação (127 em cada mil), embora consciente da sua relativa precaridade, procedi à corração dos quantitativos populacionais enquadrados entre 1799 e 1871.

Em 1961 abandonou-se na paróquia a elaboração sistemática de róis de confessados. Para datas posteriores, dispomos ainda dos recenseamentos gerais da população de 1970 e 1981.

Aproveitando estes dados, podemos dar conta da evolução da população de S. João no espaço dos dois últimos séculos (usei médias móveis de nove anos).

Há no entanto uma possibilidade de ensaiar uma aproximação aos quantitativos populacionais globais para épocas mais recuadas.

A partir da distribuição conhecida da marcha da população e do correspondente movimento de baptizados (gráfico 2), podemos calcular as taxas brutas de natalidade e a partir delas, estimar, para os nascidos em cada ano em período anterior, os quantitativos populacionais a que corresponderiam.

No gráfico 1 poderão observar-se as linhas de tendência na evolução das taxas brutas de natalidade ao longo dos séculos XIX e XX. Usaram-se também médias móveis de nove anos.

Sem nos debruçarmos agora sobre o curioso movimento que o gráfico apresenta, podemos aproveitar a taxa média dos primeiros dez anos conhecidos para a estimativa pretendida da população a partir de 1712.

No gráfico 3 resultante (médias móveis de nove anos) as vicissitudes por que passou a paróquia estão claramente expressas.

Numa primitiva fase de expansão surgiu o cataclismo vulcânico que fez dispersar as gentes por alguns anos. Depois, foi o regresso e a recomposição.

Na primeira metade do século XIX a população crece de forma continua, com taxa média de crescimento anual da ordem dos 0.58%. Note-se, no entanto, que a população açoriana no seu conjunto terá crescido a um ritmo de 0.8% ao ano entre 1820 e 1849 (Gilberta Rocha e Vitor Rodrigues, 1983), sensivelmente superior aos 0.65% encontrados paralelamente para a freguesia do Pico em estudo. Este facto pode dever-se a um ritmo mais lento na fecundidade legítima, ao casamento mais tardio, mas a variável emigração pode ter tido já alguma influência.

De 1850 a 1880 a população não progride, parecendo equilibrar-se de quebras periódicas, anunciadoras de fases de maior sangria migratória.

Nos cinquenta anos que se seguem a 1880 a queda da população é agora constante, só se marcando uma recomposição nos anos quarenta do nosso século. A esta recomposição não é estranha a "lei dos contingentes" de 1921 do governo norte-americano (Parreira 1971) que cortou o sentido mais frequente das saídas para o exterior.

Na década de 1950 logo se iniciou um movimento regressivo mais marcado ainda do que o anterior, cuja explicação pode ser dada por uma abertura de novos campos de emigração, América do Norte (por legislação especial na sequência da crise vulcânica dos Capelinhos em 1958), Canadá, Continente Português, além dos três núcleos urbanos dos Açores em fase expansiva, não esquecendo naturalmente uma alteração mais vincada na dinâmica demográfica interna.

Observando as pirâmides de idades para os quatro períodos intervalados de 30 anos que se seguem a 1850, podemos mais facilmente ter consciência dos efeitos na estrutura da população do movimento migratório ao longo do período e podemos estranhar menos a sinuosa curva do gráfico 1.

Pela pirâmide de 1860 parece depreender-se que as gerações mais afectadas pela emigração terão sido as masculinas nascidas de 1825 em diante, localizando-se possivelmente a aceleração do movimento para o exterior já na década de 1840. Repare-se na extensa concavidade da curva para os homens de mais de quinze e menos de quarenta anos.

Os efeitos da sangria migratória são já patentes na base da pirâmide de 1890, se compararmos com a situação de três décadas atrás. Ainda aí são os homens entre os vinte e os trinta anos que mais se afastam, continuando a não ser igualmente manifesta na pirâmide os efeitos de emigração feminina.

Em 1920, para as primeiras idades, há uma redução para cerca de metade dos efectivos encontrados trinta anos antes e para pouco mais de um terço em relação ao que se passava em 1860. Agora, contudo, a emigração não parece ser marcadamente masculina.

GRAFICO 1 --TAXAS BRUTAS DE NATALIDADE--

(medias moveis de 9 anos)

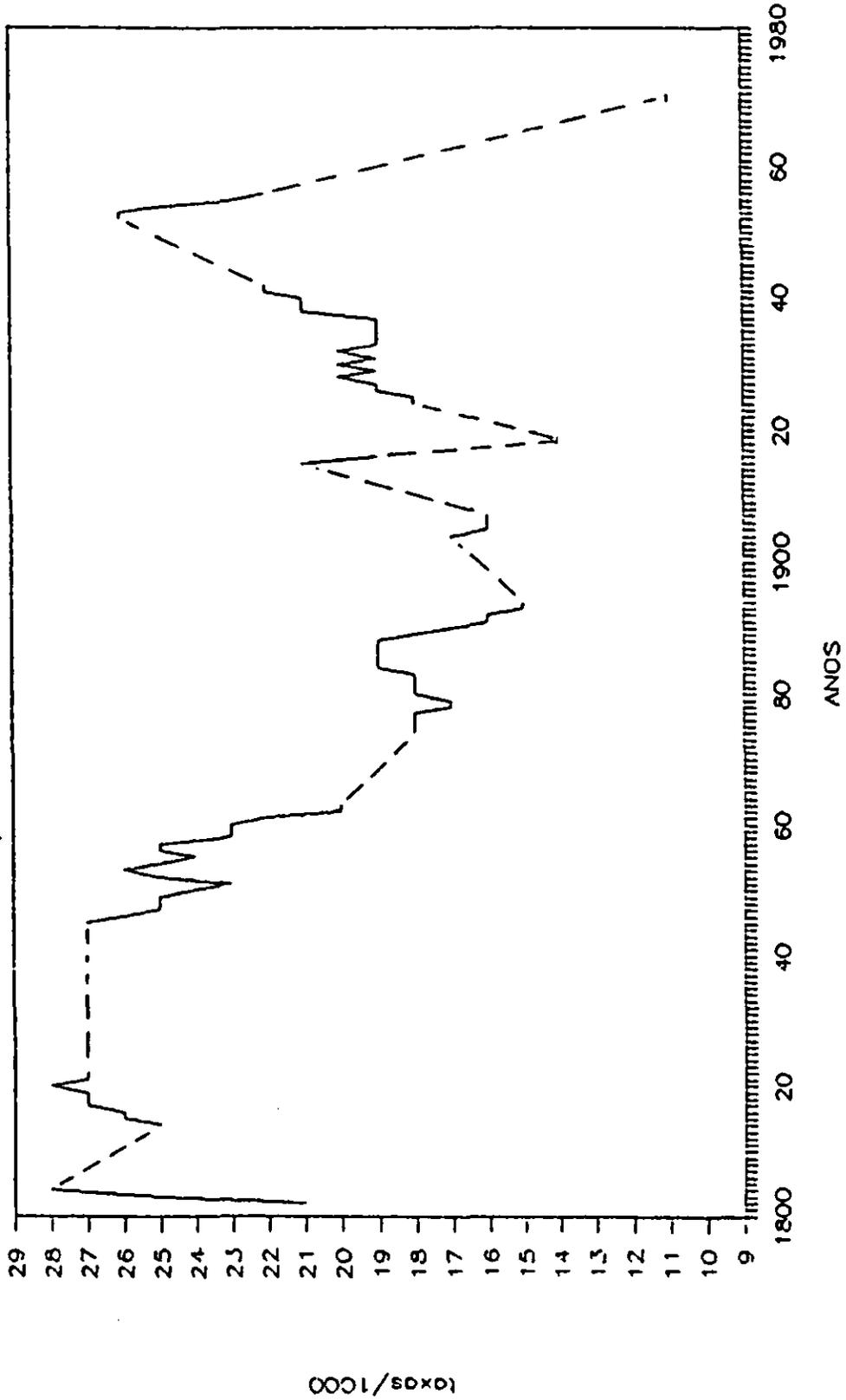


GRAFICO 2 --BAPTIZADOS--
(medias moveis de 9 anos)

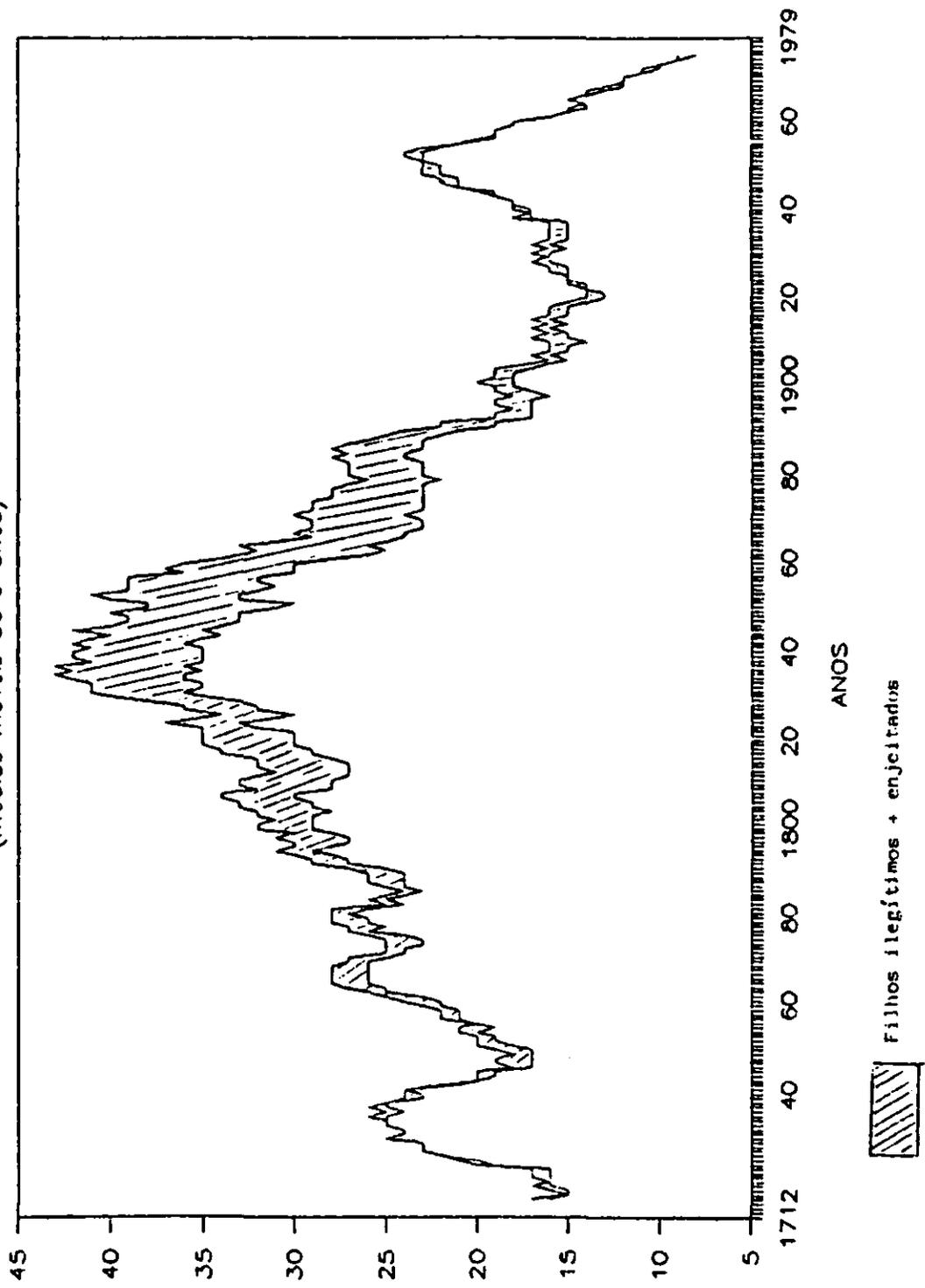
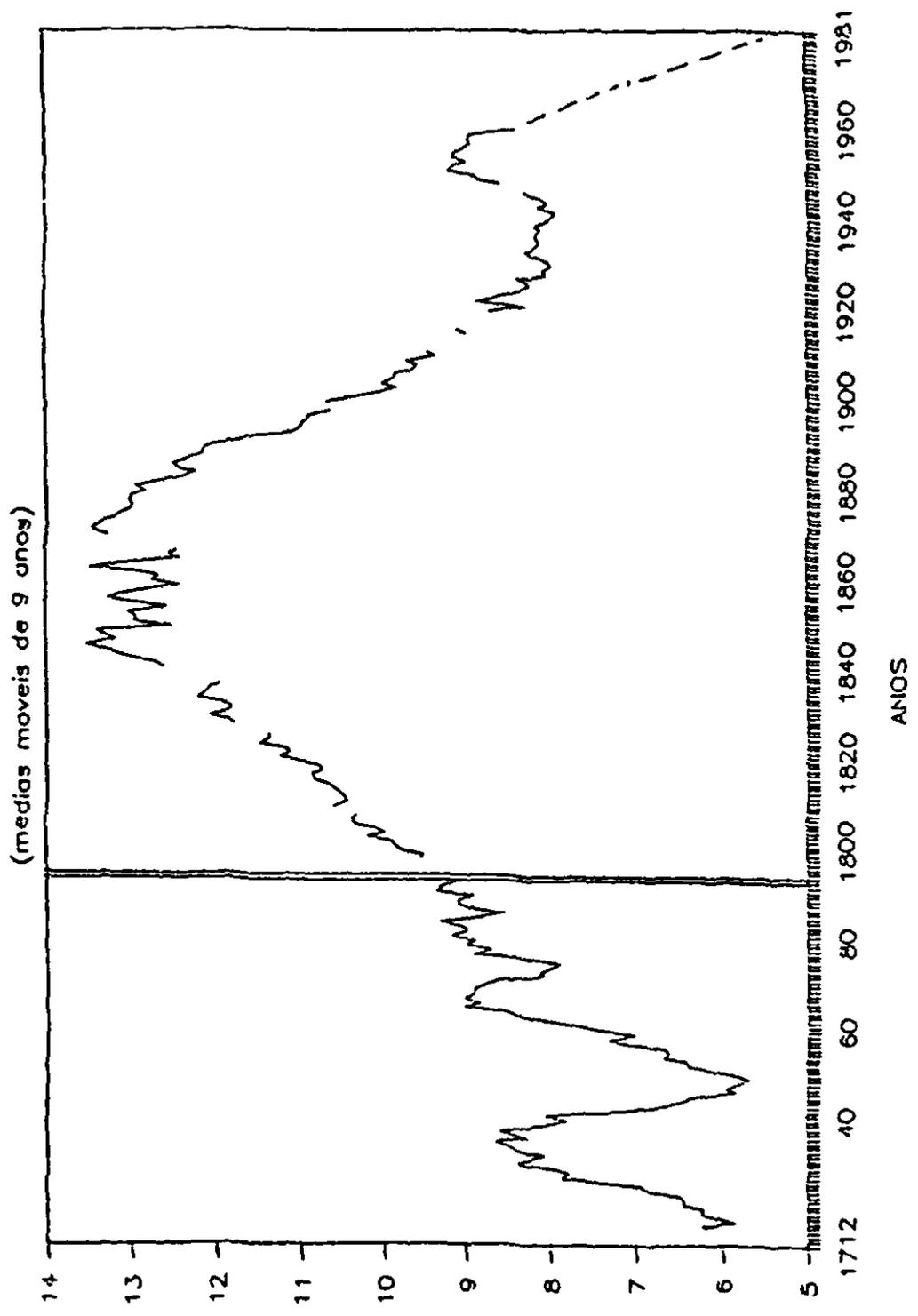
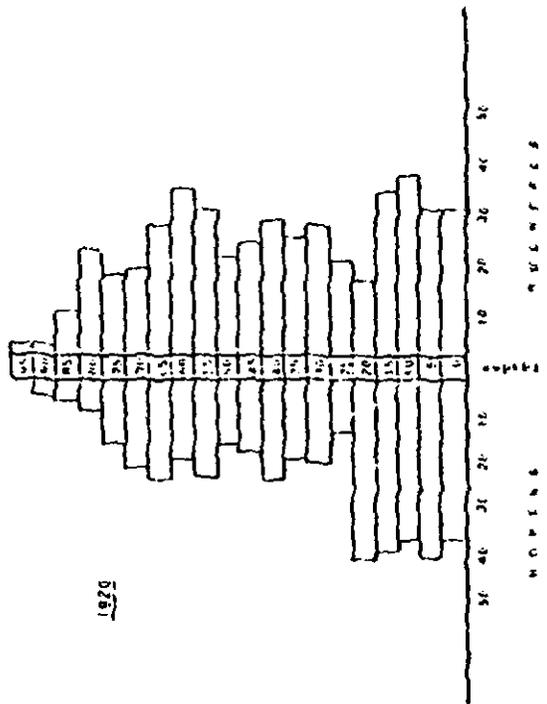
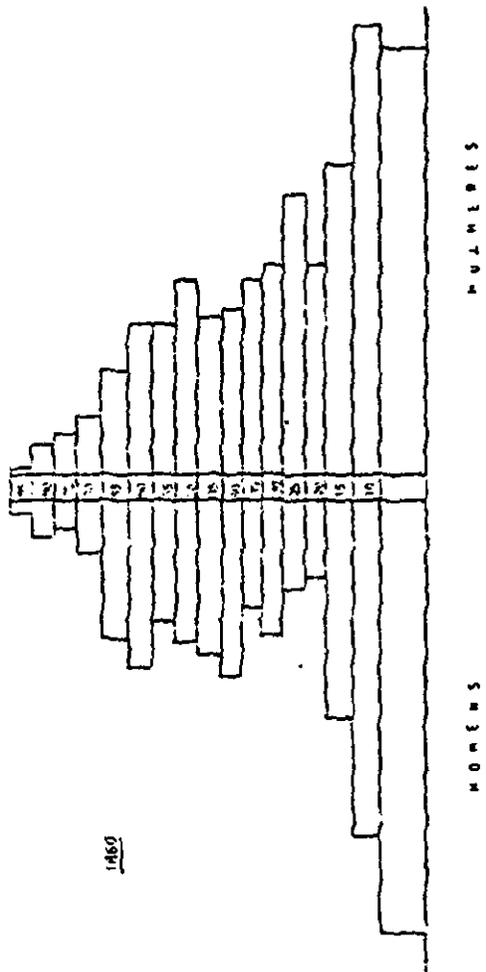
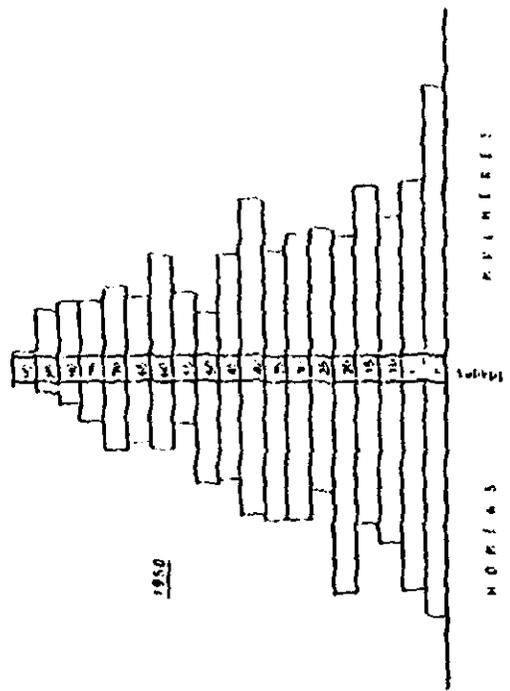
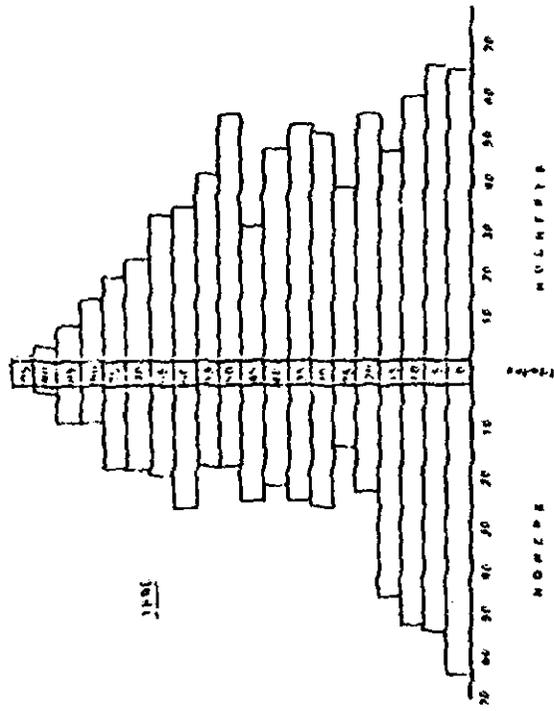


GRAFICO 3 -- MOVIMENTO DA POPULACAO --





Enquanto os homens parecem esperar pelos vinte e cinco anos para procurarem novos horizontes, as mulheres, a partir dos vinte, já o farão. Tal facto relaciona-se com o novo aspecto que a emigração toma, já não é predominante a emigração de homens isolados (solteiros ou já casados). Saem também jovens casais, sobretudo para os Estados Unidos da América. Os efeitos deste novo tipo de emigração reflecte-se naturalmente na base da pirâmide de 1920.

Em 1950 encontramos para os não velhos o gráfico mais equilibrado do conjunto. Cortado o surto migratório em idades jovens, a base da pirâmide recompõe-se, só se marcando nitidamente a concavidade no grupo etário feminino dos 50 anos e no masculino dos 55, correspondentes aos emigrados em idades jovens, trinta anos antes.

Através de uma "nota estatística" da população elaborada anualmente para o período de 1875 a 1909, que se encontra no arquivo paroquial de S. João, tracei um quadro evolutivo da frequência da emigração por sexos em períodos quinquenais.

Emigração de 1875 a 1909 (Períodos quinquenais)

Períodos	n. de emigrantes			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	% HOMENS
1875-1879	60	14	74	81
1880-1884	70	27	97	72
1885-1889	46	31	77	60
1890-1894	81	46	127	64
1895-1899	29	35	64	45
1900-1904	92	67	159	58
1905-1909	56	35	91	62

Embora a exploração sistemática dos róis de confessados, ano a ano, com observação das ausências caso a caso e o seu cruzamento também sistemático com as famílias reconstruídas possa vir a trazer um alargamento do nosso campo de observação neste particular, por agora verificamos que, entre 1875 e 1910 o período de emigração mais intensa se situou nos primeiros cinco anos do nosso século, sucedendo a uma fase de maior contenção que se seguiu a um outro período de grande mobilidade -1890-1894-. Repare-se (gráfico 1) no drástico abaixamento das taxas brutas de natalidade no início dos anos vinte do nosso século.

Verificamos também que a emigração de mulheres foi sempre un facto, embora no início da observação cerca de quatro em cinco emigrantes fossem homens. Essa situação altera-se depois profundamente e no quinquénio que vai de 1895 a 1899 são mais as mulheres que emigram do que os homens. Chamadas por maridos ou pais ausentes? A observação sistemática dos róis pode vir a permitir-nos responder a esta pergunta.

Para duas datas, 1900 e 1913, temos, de maneira fácil, possibilidade de aprofundar o problema da idade a que se emigrava na medida em que o pároco após sobre os respectivos róis de confessados a indicação de "ausente" caso a caso".

Emigração por grupos de idades (1900-1913)

Grupos de idades	1900				1913			
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Menos 20	11	53	11	55	7	47	4	21
20-24	7	34	6	30	2	13	5	26
mais de 34	3	14	3	15	6	40	10	53
Total	21		20		15		19	

Como se verifica, há entre as duas datas uma nítida mudança de comportamento. Em 1900 emigrou-se predominantemente antes dos vinte anos em ambos os sexos, sendo em percentagem reduzida os que o fazem depois dos 35. Em 1913 parece procurar-se uma reproximação das famílias. Nesta última data há uma maior emigração sem expectativa de retorno. Vão sair casais com filhos menores e "velhos" isolados que se juntam aos seus familiares que adoptaram a América para sua residência definitiva. Se considerarmos que 76% e 75%, respectivamente nos sexos masculino e feminino, viajam isolados em 1900 e que, em 1913, apenas 33% de homens e 47% de mulheres não se fazem acompanhar por membros da sua família, mais a ideia se vinca. A percentagem de solteiros, nas duas datas vai ainda de encontro a percentagem de solteiros, nas duas datas, vai ainda de encontro a esta perspectiva, em 1900 todas as mulheres que emigraram eram solteiras e 81% dos homens também o eram; em 1913, homens solteiros foram 67% e mulheres apenas 53%. O mesmo fenómeno se passará na emigração posterior aos anos de 1950. É uma emigração de famílias, exceptuando os casos de afastamento de estudantes de grau médio e superior.

De tão amplos movimentos de população, que reflexos no Casamento/Celibato, Fecundidade Legítima/Ilegítima?

O celibato definitivo pode ser avaliado através dos róis de confessados, se há indicação de idades. No desenvolvimento posterior deste estudo, por cruzamento com a reconstituição de famílias, poderemos vir a avaliá-lo para todo o período de existência de róis e tentar mesmo uma aproximação para o período anterior. De momento, para as três últimas datas escolhidas para observação, organizei os resultados constantes do quadro.

Os efeitos da emigração predominantemente masculina da segunda metade do século XIX, gerando o desfasamento entre os sexos na idade núbil, favorece naturalmente o celibato definitivo feminino que atinge valores muito expressivos em 1920 e que terá uma natural influência na queda da taxa bruta da natalidade.

Celibato definitivo (1890, 1920 e 1950) %

Anos	Homens	Mulheres	Total
1890	11.4	31.9	24.6
1920	17.4	46.0	35.4
1950	14.3	22.3	19.0

Vejamos agora que reflexos se detectam na nupcialidade ao longo do tempo que medeia entre uma fase de conquista de um espaço geográfico, a fase de saturação desse mesmo espaço e a procura de novas soluções que acabaram por passar pela emigração para longas distâncias.

Escolhi as gerações nascidas em cinco períodos: antes de 1750, de 1750 a 1819; de 1820 a 1869; de 1870-1899 e finalmente de 1900 a 1929. Tal periodização antecede de trinta anos a periodização que escolhi para o estudo da fecundidade legítima.

Idade média ao primeiro casamento

Gerações nascidas	Homens		Mulheres	
	n.	Idade média	n.	Idade média
Antes 1750	179	31.2	193	27.1
1750-1819	259	31.1	364	27.4
1820-1869	173	31.2	227	28.4
1870-1899	77	28.7	90	27.5
1900-1930	114	26.8	118	23.1

Como se verifica, as idades médias ao primeiro casamento eram bastante elevadas em ambos os sexos para as gerações nascidas antes do nosso século. Depois há um abaixamento significativo, mormente para o sexo feminino, cuja tendência continua no presente. A intensificação da emigração masculina em meados do século XIX poderá ter tido alguma influência no aumento de um ano na idade média ao primeiro casamento feminino das gerações nascidas entre 1820 e 1869.

As altas idades médias ao casamento feminino, aliadas a uma significativa percentagem de mulheres definitivamente celibatárias, numa população que sofre continuamente os efeitos da emigração dos seus jovens, são capazes de explicar em grande parte o decréscimo abrupto da população (gráfico 3) que, em pouco mais de cinquenta anos, passa de efectivos próximos dos 1.400 habitantes (situação em meados do século XIX) para cerca de 800 (situação do início do nosso século). De facto, a estrutura por idades da população os seus hábitos culturais e a assimetria entre os sexos aparecem-nos na circunstância como variáveis determinantes. Logo que a pirâmide de idades se equilibra para as gerações em idade núbil e os hábitos no que respeita a idade ao primeiro casamento feminino se alteram (situação verificada em 1950), a tendência passa a ser de recuperação de 4 efectivos populacionais, pese embora a já sensível modificação de comportamentos a nível da fecundidade. É certo que não estamos a considerar os efeitos da mortalidade infantil mas, por alguns cálculos provisórios e pela sensibilidade adquirida ao longo destes anos sobre quinze paróquias em distintas épocas, penso que, mesmo para o século XVIII a mortalidade em S. João do Pico terá atingido, comparativamente, índices bastante baixos. Aliás, como a confirmá-lo, temos a ascensão segura dos efectivos populacionais nos cem anos anteriores a 1850, apesar do tardio casamento feminino.

Se nos debruçarmos sobre a fecundidade legítima para os casamentos realizados a partir de 1700, mais se vinca a ideia de que a população deve ter contado desde cedo com uma esperança de vida a nascer relativamente elevada. De facto não são elevadas as taxas de fecundidade legítima (famílias fe-

cundas) ao longo dos cinco períodos de observação, como se pode depreender pelo quadro.

Taxas de fecundidade legítima (Famílias fecundas)
(mil mulheres)

Grupos de idades da mulher

Anos	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
1700-1799	308	376	366	343	292	176	29
1780-1849	313	376	349	337	290	179	30
1850-1899	409	453	351	320	269	168	16
1900-1929	391	399	254	219	189	111	16
1930-1949	425	341	284	192	152	48	6
1950-1974	345	301	190	71	66	22	0

As taxas foram calculadas para as famílias fecundas tipo 1, das quais se conhece a data do casamento, a data de nascimento da mulher e a data do fim da união. Não foram considerados os primeiros períodos de convivência conjugal, sempre que houve concepções pré-nupciais.

Esta observação beneficia do facto de a maior parte das famílias serem famílias "completas" (influencia dos fracos índices de mortalidade). De facto, como se observa pelo quadro seguinte, ao longo dos cinco primeiros períodos, a percentagem de famílias "completas" em relação ao total de famílias observadas é muito significativa, baixando naturalmente para o final da observação.

Relação entre as famílias "completas" e o total

		<u>Famílias</u>	<u>Completas</u>
1680-1779	131	104	79%
1780-1849	309	240	78%
1850-1899	162	127	78%
1900-1929	73	63	86%
1930-1949	80	73	91%
1950-1974	63	24	38%

Observando as taxas de fecundidade nos seis períodos notamos, para os dois primeiros, que os comportamentos são muito próximos. A partir de meados do século XIX as alterações são mais significativas. A fecundidade das mulheres até aos trinta anos passa a ser mais elevada, decrescendo depois, embora ainda de forma incipiente, nos grupos de idades seguintes. A partir de 1900 os casais apresentam maiores indícios de comportamento malthusiano, embora possamos admitir que a relativa verificada no período anterior aponte já na mesma direcção. O comportamento malthusiano é muito vincado depois de 1950, como se verifica no gráfico 4.

Comparemos com os resultados a que cheguei para paróquias do continente portugues.

Quadro comparativo taxas de fecundidade legitima (1000 mulheres)

	Idades da mulher						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Poiares 1650-1823	279	394	396	352	292	139	13
Rebordãos 1610-1750	319	397	378	356	292	122	13
Cardanha 1600-1795	321	388	362	348	224	127	15
Quimarães 1620-1749							
Zona urbana	334	456	421	412	348	203	23
Zona rural	300	456	422	412	318	187	19
Zona mista	356	421	425	369	351	191	32
S. João 1700-1779	308	376	366	343	292	176	29

No período mais fecundo de idades da mulher, dos 20 anos, 24 anos, a freguesia de S. João apresenta as mais baixas taxas de fecundidade do conjunto, atenuando as distâncias nos grupos de idades seguintes. Tal facto pode estar relacionado com um índice mais fraco de mortalidade infantil, aliado a hábitos de aleitamento materno bastante prolongado, sem pôr de parte eventual abstinência conjugal mais dilatada posteriormente ao parto.

Se compararmos agora com as taxas de fecundidade encontradas por J. Manuel Nazareth para os distritos de Portugal de fecundidade mais fraca (J.M. Nazareth, 1977, p. 947), para o período de 1929 a 1932, as diferenças não são muito significativas.

<u>Grupos de idades</u>	<u>Grupo de distritos</u> (1929-1932)	<u>S. João</u> (1930-49)
15-19	485.03	425
20-24	324.89	341
25-29	251.08	284
30-34	204.29	192
35-39	146.15	152
40-44	57.92	48
45-49	8.65	6

Admito que no decurso do século XIX a fecundabilidade tenha aumentado na sequência de uma alimentação mais abundante (batata doce, leite e seus derivados, a completar a dieta tradicional de cereais, inhames e vinho) e que práticas incipientes de controlo de natalidade fossem, na segunda metade do mesmo século, ao mesmo tempo experimentadas em famílias de dimensão razoável e mãe ainda jovem. O estudo do primeiro intervalo intergenésico parece confirmar esta ideia. De facto para o primeiro período (1700-1779), a distância entre os nascimentos do primeiro e segundo filhos é de 29.0 meses; para os casamentos realizados entre 1780 e 1849 desce para 26.7; no período seguinte é de 25.5; entre 1900 e 1929 desce para 20.6, subindo depois nos períodos finais para 26.3 e, entre 1950 e 1974, para 27.4 meses.

Podemos ainda analisar a situação através de outros indicadores.

Media de filhos por familia completa

<u>Datas</u>	<u>Total de filhos</u>	<u>Total de familias</u>	<u>Media/Familia</u>
1700-1779	566	102	5.5
1780-1849	1304	239	5.5
1850-1899	594	126	4.7
1900-1929	281	63	4.5
1930-1959	307	72	4.3

Como se verifica houve uma redução na dimensão da familia na segunda metade do século XIX. Notemos, contudo, que a elevação então verificada na idade média ao casamento feminino deverá ter tido, na circunstância, peso decisivo. O abaixamento continuo da dimensão da familia para o nosso século não tem evidentemente a mesma explicação (recordemos a correspondente idade média ao casamento feminino).

Se estudarmos a dimensão da familia para os mesmos periodos, entrando agora também com as familias "acabadas" (que chegaram ao fim da união antes dos 45 anos da idade da mulher), verificamos que as diferenças não são significativas, a atestar mais uma vez uma esperança de vida relativamente elevada.

Media de filhos nas familias tipo 1

<u>Datas</u>	<u>Total de filhos</u>	<u>Total de familias</u>	<u>Media/Familia</u>
1700-1779	678	131	5.2
1780-1849	1581	309	5.1
1850-1899	722	162	4.5
1900-1929	307	73	4.2
1930-1949	335	80	4.2

No que respeita ao número médio de filhos, as famílias da primeira metade do nosso século reduzem apenas um filho em relação às suas antepassadas de duzentos anos antes. O casamento tardio das primeiras gerações actuava verdadeiramente como "arma contraceptiva", usando a conhecida expressão de Pierre Chaunu.

Se, em vez de analisarmos o número médio de filhos por família para todas as idades da mulher ao casamento, estudarmos apenas as famílias com idade da mulher ao casamento anterior aos 25 anos desta, o comportamento malthusiano das gerações mais recentes apresenta-se mais claramente.

Numero.médio de filhos / famílias completas
(Mulheres casadas antes dos 25 anos)

<u>Datas</u>	<u>Total de filhos</u>	<u>Total de famílias</u>	<u>Filhos/famílias</u>
1700-1779	317	47	6.7
1780-1849	774	111	7.0
1850-1899	298	50	6.0
1900-1929	183	39	6.0
1930-1959	289	69	4.2

Se estudarmos ainda a idade média da mulher ao último nascimento para as famílias completas, continuamos a suspeitar de uma introdução ainda incipiente de práticas malthusianas na segunda metade do século XIX que se vai vincando progressivamente no nosso tempo. De facto, para os dois primeiros períodos observados, anteriores a 1850, a idade média da mãe ao último nascimento nas famílias completas fora de 40 anos; para os casamentos realizados entre 1850 e 1899 baixou para 39, situando-se no período seguinte em 35 anos; para os casamentos realizados entre 1930 e 1949 a idade média foi de 34 anos e para as quinze

mulheres que podemos observar no último período a idade média colocou-se já nos 32 anos.

A fecundidade legítima não foi, no entanto, a única responsável pela substituição das gerações ao longo do período observado. Como se poderá observar no gráfico 2, nos períodos mais intensos de emigração, quando a assimetria entre os sexos mais se fazia sentir, os filhos ilegítimos + enjeitados tomam peso considerável, embora sem atingir os valores que o século XIX conheceu na zona norte de Portugal.

Para os períodos que tenho vindo a considerar vejamos qual a percentagem de filhos legítimos em relação ao total de baptizados.

Percentagem de baptizados legítimos

1712-1779	95.2%
1780-1849	88.0%
1850-1899	83.4%
1900-1929	94.1%
1930-1949	96.5%
1950-1979	97.6%

Antes de 1780, como no nosso século, a percentagem de crianças baptizadas em S. João sem pais conhecidos e legitimamente casados não ultrapassa 6%. Ainda na década de 1780 a percentagem de filhos ilegítimos coloca-se em 4.2%. Depois, na década de 1790 passa a ser de 8%, subindo continuamente nas décadas seguintes do período. Poderemos admitir que a emigração masculina para um exterior distante era já significativa na última década do século XVIII? Tratar-se-á de uma alteração de comportamento de âmbito social mais vasto?

A continuação da exploração informática das famílias reconstituídas poderá vir a dar-nos uma resposta para esta e outras perguntas que ficaram em suspenso neste trabalho.

N O T A S

- 1.- Chamam-se "mistérios" as extensões de terra queimada que circundavam a freguesia, hoje transformadas em agradáveis pinheirais.
- 2.- "Maroiços" são montes de pequenas pedras pacientemente amontoadas pelos primitivos colonos que pretendiam libertar para o cultivo dos cereais as pequenas leiras adjacentes.
- 3.- "Currais" de vinhas são pequenos compartimentos com muros de pedra onde a vinha rastejava defendida do vento do mar. O vinho verde, antes do "mal da vinha" em meados do século XIX, foi uma das principais riquezas da paróquia.
- 4.- Sendo o solo poroso, a única forma de conseguir água doce passava pelo aproveitamento da água das chuvas. No verão em tempo de seca, a solução de sobrevivência foi encontrada escavando-se fundos pocos junto ao mar de onde se baldeava uma água salobra de sabor pouco agradável para o paladar do homem do nosso tempo.
- 5.- Tendo iniciado a exploração dos registos paroquiais de S. João há cerca de cinco anos, só há alguns meses tive a sorte de encontrar num velho armário da Igreja os livros mais antigos que supunha desaparecidos.

BIBLIOGRAFIA

- Amorim, M. N. (1973), Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo demográfico, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Amorim, M.N. (1980), Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800, Lisboa, I.N.E.
- Amorim, M.N. (1981-82), "Demografia Histórica-fontes e métodos manuais de reconstituição de famílias", Revista do Centro de Estudos Demográficos do I.N.E., 1981-82.

- Amorim, M.N. (1983), Exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias, Guimarães, ed. autor.
- Amorim, M.N. (1983-84), "S. Pedro de Poiães de 1561 1830", Brigantia, n. s de 1983 e 1984.
- Amorim, M.N. (1983), Exploração de róis de confessados numa paróquia de Guimarães, Guimarães, ed. autor.
- Amorim, M.N. (1985), Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico (mineo), Braga.
- Chaunu, P. (1975), Histoire, Science sociale: la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne, Paris, SEDES.
- Festy, P. (1979), La Fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970, P.U.F.
- Madruga, M.A. (1957), "A freguesia de S. João Baptista da ilha do Pico na tradição oral dos seus habitantes", sep. do. vol. I, n.2 do Boletim do Núcleo Cultural da Horta, Horta.
- Nazareth, J.M. (1977), "O declínio da fecundidade da população portuguesa", Análise Social, 52.
- Noin, D. (1983), La transition démographique dans le monde, Paris, P.U.F.
- Parreira, M.A C. (1971-75), "Imigração portuguesa na América do Norte. Considerações histórico-sociais e linguísticas", Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1971-75.
- Rocha, G.P.N. e Rodrigues Vitor, L.G. (1983), "A população dos Açores no ano de 1849", Arquipélago, n. esp. 1983.
- Rowland, R. (1984), "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada", Ler História, n. 3 de 1984.